

# Acordo da dívida deve ser adiado

■ Brasil pede a bancos credores mais três meses para encerrar negociação com FMI

BRASÍLIA — O governo brasileiro já pediu ao comitê dos bancos credores internacionais o adiamento por até três meses do encerramento do acordo da dívida externa, antes marcado para 30 de novembro. O presidente do Banco Central, Pedro Malan, anunciou que a equipe econômica, após uma "análise realista dos prazos", já admite que poderá não ser possível fechar o acordo com o FMI, condição contratual para o encerramento das negociações com os credores privados, até a data-limite.

Malan reconheceu que o governo enfrenta dificuldades nas negociações com o Fundo, por causa "das incertezas sobre as variáveis da economia" e completou: "Nenhum governo pode dizer quando vai fechar um acordo com o FMI. Isso depende da realidade econômica."

Segundo o presidente do BC, a suspensão da cobrança do IPMF é um dos entraves que o governo enfrenta no acordo com o Fundo. "Qualquer cálculo tem que excluir a expectativa de arrecadação para 1993 e a inclusão das expectativas de 1994 é um ponto de interrogação", justificou. Para fechar o acordo com o FMI, o país tem que fixar metas para as contas públicas, definindo previsões de déficit ou superávit. Sem previsão de receita, não há como fazê-lo. Na reunião anual do Fundo, marcada para o final deste mês, o governo retoma as conversas em torno de um acordo *stand-by*.

Brasília — Arnildo Schulz



Malan: incerteza sobre variáveis econômicas

O comitê dos bancos credores ainda não definiu a sua posição sobre o adiamento, mas o presidente do BC não acredita em discordância. "A mudança da data será de comum acordo e as partes, ao que tudo indica, estarão de acordo sobre isso", disse. Ele afirmou que o país decidiu negociar o adiamento com antecedência para evitar um impasse em 30 de novembro, quando o Brasil deveria trocar os títulos da dívida externa, estimada em US\$ 35 bilhões, pelos novos bônus.

O país terá que alocar o total de US\$ 4,4 bilhões em garantias no acordo com os credores, dos quais cerca de US\$ 3,2 bilhões serão trocados por títulos do Tesouro norte-americano, que garantirão o principal. O restante — US\$ 1,2 bilhão — será destinado à garantia de juros. Os dados foram anunciados pelo negociador da dívida, André Lara Resende.

Apesar do atraso nas negociações com o FMI, os credores privados praticamente já concluíram as escolhas entre os vários títulos dentro dos limites fixados nas negociações. Os bancos querem trocar 35% da dívida por bônus ao par (não dá desconto, mas tem juros tabelados), outros 35% por bônus de desconto (garante a redução de pouco mais de um terço da dívida trocada e seus juros são flu tuantes). Os 30% restantes estão distribuídos em outros três tipos de papéis.